



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

## Governo deve ser diligente e responsável na reorganização das condições das escolas para garantir um retorno seguro às aulas

Volvidos aproximadamente quatro meses de paragem das aulas por causa do novo corona vírus, o Governo moçambicano indicou que as aulas no país irão retomar no dia 27 de Julho e que serão abrangidos por essa decisão, apenas os alunos que frequentam a 12ª classe e o curso de formação de professores. Com um total de 667 escolas que lecionam o nível secundário do primeiro e segundo ciclos e 27 de formação de professores existentes no país, apenas 170 e 19 que correspondem a 25% e 70%, respectivamente, reúnem condições para garantir o mínimo de medidas de higiene para a prevenção da covid-19. Considerando esse cenário, **que destino se reserva aos estudantes das restantes escolas?**

O debate sobre o retorno faseado às aulas iniciou numa altura em que o país registava cerca de 1135 casos positivos da covid-19, dos quais 775 casos activos, 9 óbitos, 349 recuperados, uma taxa de positividade de 3% e, nos últimos trinta dias, a média de infecção é de 20 casos por dia. Os dados das ultimas 24 horas do dia 11 de Julho divulgados pelo Instituto Nacional de Saúde indicam que o país tem um cumulativo de 1092 casos testados positivos, 9 óbitos, 340 recuperados e 802 casos activos.<sup>1</sup>

Analisando especificamente algumas partes do território nacional, designadamente a cidade de Nampula<sup>2</sup> e às cidades de Pemba na província de Cabo Delgado, que transitaram para o padrão de transmissão comunitária<sup>3</sup>, e Maputo Cidade e Província também a seguirem com velocidade no mesmo sentido, para o Centro de Integridade Pública (CIP), o retorno às aulas nesta fase de pandemia é bastante preocupante, dada a ausência de condições adequadas de retorno no contexto actual. Ademais, tendo em atenção que cerca de 61% (528) dos casos testados positivos estão nas faixas etárias dos 20-29, 30-39 e 40-49 anos de idade<sup>4</sup>, que corresponde à população estudantil (frequentando o ensino secundário e superior no país).

1 <https://www.facebook.com/ins.gov.mz/photos/a.322657394489059/3110256969062407>

2 <http://www.misau.gov.mz/index.php/219-mocambique-registou-55-casos-positivos-de-contaminacao-com-o-novo-coronavirus-nas-ultimas-24-horas-e-nampula-transita-para-o-padrao-de-transmissao-comunitaria>

3 <https://www.dw.com/pt-002/pemba-segunda-cidade-mo%C3%A7ambicana-com-transmiss%C3%A3o-comunit%C3%A1ria-da-covid-19/a-53891447>

4 <https://www.facebook.com/ins.gov.mz/videos/197159064965325/>

No dia 11 de Junho, a representante interina da UNICEF Katarina Johansson<sup>5</sup>, anunciou o seu total apoio ao Governo moçambicano para a planificação do retorno às aulas presenciais no presente ano lectivo de 2020. Na ocasião, a representante do UNICEF defendeu a necessidade do Governo observar, para o retorno às aulas, o investimento nas áreas de água e saneamento para a higienização das mãos e evitar a propagação da covid-19 entre alunos, professores e outro pessoal do sector.

O anúncio do UNICEF foi feito num período em que o país registava cerca de 489 casos positivos, 144 recuperados, 2 óbitos e 342 casos activos<sup>6</sup> de infecção e, volvidos cerca de 17 dias após o anúncio da representante do UNICEF, concretamente no dia 28 de Junho, o Presidente da República, Filipe Nyusi, prorrogou por mais trinta dias o estado de emergência e anunciou o regresso faseado às aulas, mas sem antes indicar as datas, relegando desse modo a responsabilidade para o Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, que também remeteu a decisão para o Ministro da Saúde, quando entrevistada depois de uma sessão do Conselho de Ministros, referindo não ter uma data em concreto para o retorno faseado às aulas e que tudo estava dependente da avaliação e recomendação do sector da Saúde.

Para o Ministério da Saúde, o registo de números crescentes da taxa de positividade em crianças menores de cinco anos, onde os pais e o sector da educação são essenciais para evitar o agravamento<sup>7</sup>, é preocupante, pois o país suspendeu as aulas em todas as instituições de ensino no país numa fase em que ainda não se tinham registado de casos positivos da Covid-19, com uma taxa de positividade igual a 0% para evitar a propagação do vírus entre alunos e professores, por estes serem uma parte da sociedade mais propensa à propagação do vírus.

## **Necessidade urgente de Investimento em Infraestruturas no sector da Educação**

O Governo moçambicano anunciou no dia 07 de Julho que vai investir cerca de 3.5 mil milhões de meticais para reorganizar as escolas para a sua reabertura faseada, como forma de minimizar os riscos impostos pela covid-19<sup>8</sup>. Entretanto, o CIP entende que o retorno às aulas nesta fase vai exigir do governo celeridade e responsabilidade, tanto na fase de planificação como na de execução, considerando os problemas estruturais que o sector da educação apresenta/enfrenta a nível nacional. Percebe-se também que, desde que foi decretada a suspensão das aulas presenciais a 1 de Abril, não houve, por parte do governo produção e implementação de planos concretos de investimento para fazer face à reforma do sector da educação, com particular destaque para **as áreas de água e saneamento nos estabelecimentos de ensino do país, recrutamento de novos professores, assistentes administrativos (serventes), reabilitação e construção de novas salas de aulas** para um retorno seguro às aulas presenciais.

5 <http://opais.sapo.mz/unicef-assegura-apoio-ao-governo-na-planificacao-para-retorno-as-aulas>

6 <https://www.facebook.com/ins.gov.mz/photos/a.322657394489059/3035019406586164/?type=3&theater>

7 <http://opais.sapo.mz/retorno-as-aulas-representante-da-oms-em-mocambique-diz-que-governo-tomou-medidas-apropriadas>

8 <https://www.plataformamedia.com/2020/07/07/mocambique-investe-44-milhoes-de-euros-na-reabilitacao-de-escolas/>

O sector da educação, em Moçambique, herdou do sistema colonial um conjunto de infra-estruturas, uma parte das quais foi destruída durante a guerra civil que durou cerca de 16 anos. Entretanto, com o advento da paz e estabilidade, o Governo investiu muito pouco, na construção de escolas e salas de aulas a nível nacional, sendo que as poucas existentes apresentam baixa qualidade e em períodos de chuvas e ventos fortes não resistem à intempérie. Nos últimos 4 anos foram destruídas cerca de 7322 salas de aulas e construídas apenas 4526<sup>9</sup>.

Dados do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano indicam que o sector regista um défice de cerca de 40 mil salas de aulas para o ensino geral, contando actualmente com cerca de 272 051 salas segregadas em 131 752 salas de alvenaria , 34 720 salas de tijolo, 34 262 salas de maticado , 10 493 salas de pau a pique e 8 166 que correspondem a outros tipos de salas de aulas<sup>10</sup>.



Fonte: Equipa de pesquisa: Fig. 1 Salas de aulas, corredor da casa de banho da escola de Cirirangano na Cidade de Quelimane, 24 de Junho 2020.

<sup>9</sup> <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/06/Prioridades-orc%CC%A7amentais-do-sector-da-educac%CC%A7a%CC%83o-.pdf>

<sup>10</sup> <http://www.mined.gov.mz/STATS/Pages/3Marco.aspx>

Os dados disponibilizados pela Direção de Planificação e Cooperação do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano relativos ao número de professores para o ano lectivo de 2020 indicam que o país conta com um total de 143 465 professores, sendo 88 909 para o Ensino Primário do 1º Ciclo, 29 843 para o Ensino Primário do 2º ciclo, 17 093 para o Ensino Secundário do 1º Ciclo e Ensino Secundário do 2º Ciclo. Contudo, o sector regista um défice de cerca de 3 640 professores. Isto é, dos 12.000 professores planificados para fazer face ao presente ano lectivo, o governo contratou 8 360<sup>11</sup>. Esta situação é justificada pela crise económica que vem assolando o país e os sectores sociais, em particular, desde a descoberta das dívidas contraídas ilegalmente pelo governo da altura. Actualmente, o sector apresenta um rácio aluno/professor de 65.1<sup>12</sup> no ensino primário do primeiro grau.

Não obstante o défice de salas de aulas, observa-se que, pouco mais de 35% das salas de aulas, particularmente nas zonas rurais, foram construídas por artesãos locais usando material local precário, sem nenhuma base de engenharia capaz de fazer face às variações climáticas e outras situações de calamidade que ocorrem no país de forma cíclica. Outro problema estrutural preocupante é que as infraestruturas de água e saneamento quase que não funcionam ou não existem e, em algumas escolas do país, observa-se a prática do fecalismo a céu aberto como prática quotidiana, os alunos não têm água para beber e poucos estabelecimentos de ensino estão ligados a uma rede de esgoto. Estima-se que mais de 80% das escolas públicas não apresentam sistemas de água canalizada e as poucas que têm um sistema de canalização encontram-se sem água ou obsoletas.

## Necessidade de Introdução de Reformas profundas no sector da educação

Subdividido em **três subsistemas: ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extra-escolar**<sup>13</sup>. O **ensino pré-escolar**, que actualmente é assegurado por creches e escolinhas do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS), de organizações não-governamentais ou comunitárias e pelo sector privado atende crianças dos 0 aos 5 anos de idade, com turmas que variam de 20 a 35 crianças por cada sala, não está em condições de garantir, de forma eficaz, o cumprimento das medidas de prevenção conducentes à não propagação da covid-19. O retorno às aulas, para este subsistema, exige que o governo tome medidas muito mais profundas de reforma dos programas de ensino, da reestruturação da disposição das carteiras nas salas de aulas e também uma fiscalização bastante rigorosa e permanente das crianças, educadoras e encarregados de educação,<sup>14</sup> sob pena do país assistir a um crescimento exponencial de casos de infecção nesta camada de ensino.

O **ensino escolar** compreende: i) o Ensino Geral, ii) o Ensino Técnico-Profissional e iii). **No ensino geral**, em particular o **ensino primário**, não se vislumbra um possível retorno às aulas, dadas as condições que as escolas e salas de aulas apresentam e pela forma como esta camada de ensino se relaciona. Um possível retorno desta camada de ensino às aulas presenciais deve ser acompanhado por um conjunto de medidas que envolvem o governo, as direcções e conselhos de escolas, líderes comunitários, pais e encarregados de educação, com vista a mapear as escolas e

11 <http://opais.sapo.mz/-mined-vai-rever-calendario-escolar-devido-a-covid19>

12 <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/06/Prioridades-orc%CC%A7amentais-do-sector-da-educac%CC%A7a%CC%83o-.pdf>

13 <http://www.mined.gov.mz/STATS/Pages/3Marco.aspx>

14 Na sua maioria são indivíduos que dependem de transporte público para se fazerem ao local de trabalho.

as condições, tanto de higienização como das salas de aulas com e sem ventilação.

Para o ensino geral, que envolve as classes do **secundário geral do 2 grau**, onde as idades e o nível de responsabilidade em relação à tomada de medidas de prevenção é aceitável. Entretanto, mais do que ter responsabilidade em relação à tomada de medidas de prevenção de forma individual, o governo, em coordenação com as direcções das escolas e instituições de ensino superior, deve investir em novas estratégias e metodologias de ensino, horários, disposição das carteiras escolares e dos alunos nas salas de aulas, bem como na higienização das mesmas. Igualmente, torna-se importante nesta fase, investir na reabilitação e construção de **infraestruturas de água e saneamento** e impor medidas rígidas de uso de máscaras de protecção, delimitar o distanciamento entre alunos nos diferentes sectores das escolas e desinfetar as salas de aulas, os autocarros de transporte de alunos e estudantes e os espaços comuns.

Pese embora a Organização Mundial da Saúde, através da sua representante, Djamilia Cabral, tenha afirmado que as medidas tomadas pelo governo são apropriadas para fazer face ao retorno gradual às aulas, tendo em atenção a necessidade da educação na sociedade<sup>15</sup>, uma grande franja da população, incluindo encarregados de educação, entende que não há condições suficientes para este avanço porque não há investimentos visíveis por parte do Executivo moçambicano e que esta é uma oportunidade ímpar para o governo direccionar parte dos cerca de 309 milhões de dólares disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>16</sup>, com o envolvimento da sociedade civil. Também, é importante que, a médio e longo prazos, o Governo, com base nas auscultações aos pais e encarregados de educação, conselhos de escola, professores e outros intervenientes relevantes do Sistema Nacional de Educação, produza planos mais eficazes de **reabilitação e construção de escolas e salas de aulas que integrem sistemas de água e saneamento funcionais**.

## Recomendações

Face ao exposto, recomenda-se:

- Reorganizar a disposição das carteiras de modo a manter o distanciamento de um metro e meio por aluno nas salas de aulas existentes;
- Adoptar o funcionamento a 50% da capacidade do sector de educação, considerando aplicar diferentes modelos de horário que podem ser por rotações diárias, semanais, bi-semanais e turnos;
- Monitorar, através de um protocolo de saúde, os sintomas relacionados com a covid-19;
- Aplicar a política de “fica em casa”, para os casos de estudantes, professores e outros funcionários da escola. Se possível, comunicar às autoridades locais e competentes sobre a saúde para fornecerem o devido apoio domiciliário<sup>17</sup>;
- Leitura de temperatura corporal dos alunos, pessoal docente e não docente e de todos que se fazem ao recinto das escolas;
- Alocar um ponto focal do sector da saúde capaz de reportar as situações diárias da escola

<sup>15</sup> <http://opais.sapo.mz/retorno-as-aulas-representante-da-oms-em-mocambique-diz-que-governo-tomou-medidas-apropriadas>

<sup>16</sup> <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-sociedade-civil-mo%C3%A7ambicana-critica-estrat%C3%A9gias-do-fmi/a-53901298>

<sup>17</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/considerations-for-school-related-public-health-measures-in-the-context-of-covid-19>

ao Ministério da Saúde;

- Isolar alunos ou pessoal da escola com sintomas da Covid-19;
- Alocar carteiras com separadores em todas as salas de aulas;
- Colocar indicadores de distanciamento social e físico no recinto escolar e departamentos;
- Desinfectar regularmente as salas de aulas, maçanetas das portas, equipamentos electrónicos partilhados, espaços comuns e departamentos;
- Desinfectar regularmente autocarros escolares;
- Instituir o uso obrigatório de máscaras dentro das salas de aulas, departamentos e espaços comuns com mais de uma pessoa;
- Para as aulas de educação física, os professores devem orientar exercícios que respeitem o distanciamento físico. Entretanto, devem ser observadas todas as medidas de monitoria do estado de saúde de cada aluno antes da aula;
- Colocar baldes de água com sabão e ou outros produtos de higienização nos diferentes pontos estratégicos da escola (entradas e saídas);
- Aumentar a frequência de higienização das casas de banho;
- Redução de 70 para 20 alunos por cada turma e, conseqüentemente, aumentar o número de professores;
- Introduzir aulas intercalares por classes ou subsistema de ensino;
- Imposição de um extremo distanciamento social e físico nas respectivas salas de aulas e nos autocarros escolares.

**As reformas devem ser inclusivas para não prejudicar o ensino e, sendo que apenas 25% das escolas de ensino secundário estão preparadas para o retorno às aulas, o CIP recomenda, ainda, que o retorno às aulas deve ser adiado até que sejam criadas condições em quase todas as escolas do 2º ciclo.**



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autor:** Ben Hur Cavelane

**Revisão de pares:** Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Banze, Edson Cortez, Inocência Mapisse, Júlia Zitha, Leila Constantino

**Revisão Linguística:** Percida Langa

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique